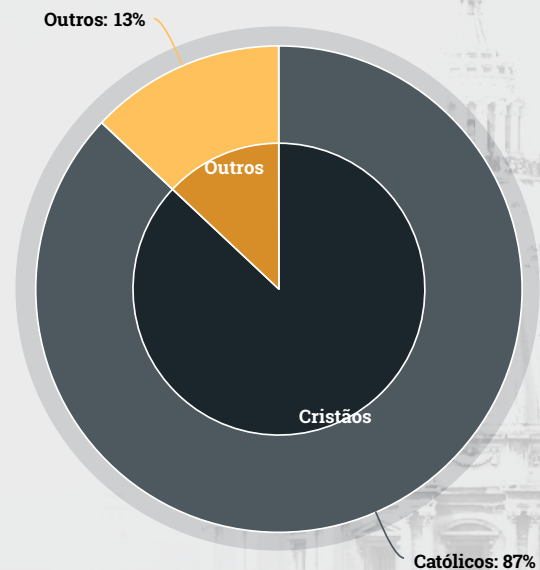
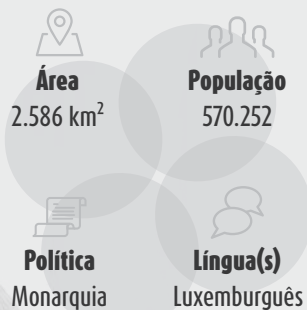


Luxemburgo



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição garante a liberdade religiosa. Após uma convenção assinada com o Estado, é dado apoio financeiro a grupos cristãos, incluindo Católicos; Ortodoxos gregos, Russos, romenos e sérvios; Anglicanos; à Igreja Protestante Reformada do Luxemburgo; à Igreja Protestante do Luxemburgo; e à congregações judaicas.

Depois de vários anos de negociações, nos quais o Governo pretendeu levar por diante a separação entre a Igreja e o Estado, em 26 de janeiro de 2015, os grupos religiosos do Luxemburgo e o Governo assinaram um acordo de reconhecimento da sua relação mútua.^[1] Neste sentido, um novo plano de financiamento vai cortar muitos dos subsídios estatais à Igreja Católica, mas vai disponibilizar este financiamento pela primeira vez à comunidade muçulmana.^{[2][3]}

[1] "Accord du gouvernement avec les communautés religieuses établies au Luxembourg", 20/01/2015, <http://www.gouvernement.lu/4369493/20-cdp-accord>; <http://www.gouvernement.lu/4369567/Convention.pdf>

[2] Élise Descamps, "Au Luxembourg, l'Église et l'État se séparent en douceur", La Croix, 26/01/2015, <http://www.la-croix.com/Religion/Actualite/Au-Luxembourg-l-Eglise-et-l-Etat-se-separent-en-douceur-2015-01-26-1272973>

[3] <http://www.wort.lu/en/politics/church-state-funding-government-extends-state-funding-to-muslim-shura-54be525e0c88b46a8ce51cf0>

No âmbito do acordo alcançado, serão feitos os seguintes pagamentos: Igreja Católica – 6.75 milhões de euros (anteriormente eram 23.72 milhões de euros); Comunidade judaica – 315.000 €; Igreja Protestante – 450.000 €; Igreja Ortodoxa – 285.000 €; Igreja Anglicana – 125.000 €; Shura muçulmana – 450.000 €. No geral, contudo, o financiamento diminuiria substancialmente no âmbito do novo acordo, passando de um total de 24.6 milhões de euros em 2014 para apenas 8.3 milhões de euros, de 2015 em diante.

O acordo também prevê que o seminário do Centro João XXIII em Weimerskirch vai continuar se beneficiando de financiamento estatal. Contudo, vai ser transformado num centro inter-religioso sob a égide do Ministério do Ensino Superior. Os edifícios da Igreja Católica e outros bens serão transferidos para um fundo público, detido e gerido pela Igreja. No mais tardar em 1º de janeiro de 2017 terão início conversações sobre o futuro dos edifícios. Caso uma igreja que é propriedade da diocese seja colocada à venda, o Estado e as comunidades vão ter preferência no direito de compra por um euro simbólico. A Catedral de Notre Dame na cidade do Luxemburgo e a Basílica de Echternach estão excluídas desta norma.

INCIDENTES

A investigação revela que não houve relatos de incidentes.

Entretanto, prevê-se que a educação religiosa católica nas escolas seja substituída por aulas de ética e moral, incluindo unidades sobre as religiões no mundo. O primeiro-ministro Xavier Bettel elogiou o acordo, dizendo que as partes em

negociação “fizeram história”. Bettel acrescentou que a intenção tinha sido sempre de criar uma relação moderna e contemporânea entre os parceiros.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O Arcebispo Católico Jean-Claude Hollerich do Luxemburgo disse numa entrevista que, para evitar uma “luta cultural”, a Igreja Católica foi obrigada a demonstrar que podia pregar o Evangelho numa instituição significativamente mais pobre. E acrescentou que o seu principal pesar era a abolição da instrução religiosa nas escolas estatais a favor do ensino geral de valores filosóficos e éticos: na sua perspectiva, o Estado retirou os direitos dos pais de determinarem os valores que são ensinados aos seus filhos na escola. O Arcebispo conclui que o Luxemburgo se tinha deslocado para mais perto do modelo francês de laicidade e sugeriu que isto se devia em parte ao fato dos seus políticos serem fortemente influenciados pela França.

Numa declaração de 3 de março de 2016, a *Association Luxembourgeoise d’Enseignant(e)s d’Education Religieuse et Morale dans l’Enseignement Fondamental* (ALERF) [Associação Luxemburguesa de Professores de Educação Religiosa e Moral do Ensino Básico] criticou fortemente a organização das novas aulas de “Vida e Sociedade”.